

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.540 - RJ (2019/0072830-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ERICK TAVARES RIBEIRO E OUTRO(S) - RJ143462
RECORRIDO : ELIANE CHRISTINA DE CAMPOS REBELLO
ADVOGADO : CARLOS JOSE VICTOR DEL GUERCIO - RJ013923

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 122):

AGRAVO INOMINADO EM APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. PECÚLIO *POST MORTEM*. SERVIDO PÚBLICO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAL NA FORMA DO ART. 26, BE DA LEI N. 285/79 LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM D RIOPREVIDÊNCIA. DEMORA NO PAGAMENTO DO PECÚLIO DECORRE DO FALECIMENTO DO MARIDO DA AUTORA QUE CONTUDO, NÃO ENSEJA DIREITO À REPARAÇÃO POR DANO MORAL, INOCORRENDO SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OU MAIS GRAVE QUE ATENTE DIGNIDADE DA PARTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA FORMA D § 4º, DO ART. 20, DO C.P.C. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados (e-STJ, fls. 133-137).

Sustenta o insurgente, em preambular, a nulidade do acórdão combatido, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973. Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar a suposta afronta ao art. 5º da Lei n. 9.717/1998.

No mérito, alega contrariedade ao art. 5º da Lei Federal n. 9.717/1998, sob o argumento, em síntese, de que tal dispositivo veda o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada ente da federação de benefício distinto daqueles pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Declara, ainda, que o pecúlio *post mortem* não é um dos benefícios taxativamente arrolados pelo art. 18 da Lei Federal n. 8.213/1991, que disciplina o plano de benefícios do RGPS.

Nesse sentido, aduz que "as disposições da Lei Estadual n. 285/79 que previam o pagamento de pecúlio *post mortem* pela entidade previdenciária do

Superior Tribunal de Justiça

Estado do Rio de Janeiro tiveram sua eficácia suspensa com a edição da Lei 9.717/98" (e-STJ, fl. 179), conforme disposto no § 4º do art. 24 da Constituição Federal.

Ademais, suscita dissídio jurisprudencial e aponta como paradigma o acórdão proferido no julgamento do Agravo de Instrumento no Recurso Especial n. 1.080.598/RJ.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 189-197.

É o relatório.

O recurso não merece conhecimento.

O Tribunal *a quo* reconheceu o direito da parte recorrida ao recebimento do pecúlio *post mortem*, afirmando a inaplicabilidade da Lei n. 9.717/1998 ante o disposto na Lei estadual n. 285/1979, com destaque para a natureza contributiva do sistema previdenciário.

Confira-se (e-STJ, fl. 123):

Como se disse na decisão agravada, a condição de cônjuge de servidor público falecido confere à agravada o status de beneficiária do mesmo, dentro da ordem d preferência estabelecida no § 1º, do art. 45, da Lei n. 285/79.

Cabe ressaltar que o sistema previdenciário tem natureza contributiva, d forma que a vedação contida no art. 5º, da Lei n. 9.717/98, não pode prejudicar pensionista, na medida em que o servidor falecido contribuiu durante a atividade para eventual gozo do benefício em questão.

Por outro lado, o recorrente afirma que, desde a edição da Lei n. 9.717/1998, não é devido o pecúlio *post mortem* em razão da suspensão dos efeitos da legislação estadual quanto ao ponto, por força do § 4º do art. 24 da Constituição Federal.

Nos termos do art. 102, II, "d", da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que assentar válida lei local contestada em face de lei federal. E esse é exatamente o caso dos autos.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PECÚLIO *POST MORTEM*. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS LEIS ESTADUAIS N. 285/79 E 5.109/07. SÚMULA N. 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, III, "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA E DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. AGRAVO INTERNO NÃO

Superior Tribunal de Justiça

PROVIDO.

[...]

2. Quanto a alegada ofensa ao art. 5º da Lei n. 9.717/98, em razão da ilegalidade e inconstitucionalidade do pagamento do pecúlio *post mortem* por óbito ocorrido após a vigência de referida lei, verifica-se que o Tribunal de origem manteve o benefício por entender que a Lei Estadual n. 285/79, instituidora do pecúlio, somente teria sido revogada com a edição da Lei Estadual n. 5.109/07. Ademais, consignou que a Lei n. 9.717/98 não teria revogado o benefício, sob pena de violação ao direito adquirido dos servidores que já tinham contribuído para receber o pecúlio.

Restando a matéria decidida com base na legislação local, incide o óbice previsto na Súmula n. 280/STJ.

3. Ademais, a análise da principal tese do agravante - suspensão da Lei Estadual n. 285/79 após a vigência da Lei n. 9.717/98 - não pode ser enfrentada por esta Corte Superior, pois é matéria de competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, "d", da Constituição Federal. Precedentes.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.763.014/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, III, "D", DA CF/1988. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO *POST MORTEM*, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado, manifestando-se de forma clara sobre a os requisitos fáticos e jurídicos para a concessão do benefício pleiteado.

2. No caso dos autos, a parte recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/1998, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio *post mortem* aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/1979, que previam o pagamento de pecúlio *post mortem*, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/1998, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/1998.

3. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/1979, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/1998.

4. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada em face de lei

Superior Tribunal de Justiça

federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/1988.
5. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/1979 e Lei Estadual 5.109/2007 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência do STJ para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.
6. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1.768.965/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 19/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. PECÚLIO *POST MORTEM*. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL E LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, qual seja, da Lei Estadual n. 285/79, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").
3. "A desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).
4. Obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.
5. Agravo interno não provido.
(AgInt no REsp 1.758.597/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 6/11/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

